Colóquio do Grupo de Pesquisa Religiões, Identidade e Diálogos
Edição Comemorativa
Recife, 11 de março de 2019

OS MODELOS DE GOVERNO ECLESIÁSTICOS DO CRISTIANISMO E SUAS POSSÍVEIS CORRELAÇÕES COM OS MODELOS DE GOVERNO SECULAR

Fábio José Barbosa Correia*

Resumo

O cristianismo, a partir do século XVI, com a Reforma Protestante, passou a experimentar certa "diversidade de experiência religiosa", nos mais variados campos de sua atuação, afetando desde a reflexão teológica até a organização prática de suas comunidades. A forma de "governar" a igreja foi uma dessas muitas áreas que sofreram imediato impacto. Assim sendo, podemos identificar, basicamente, três modelos ou formas de governo eclesiástico que são utilizadas pela maioria das igrejas cristãs, podendo apresentar, por vezes, pequenas variações: Episcopal, caracterizado pelo fato de o governo ser exercido por uma pessoa, que governa todas as outras. Congregacional, cuja característica básica é que todo o povo governa a comunidade eclesiástica e Presbiteral ou Representativo, cuja principal característica é que o povo escolhe seus representantes para governá-lo. Apesar de haver defesas apaixonadas de cada uma dessas formas políticas de governar ou administrar as igrejas é possível, numa análise mais descomprometida, identificar aspectos que contribuem para o bom andamento dessas comunidades cristãs e aspectos que lhes podem trazer algumas dificuldades importantes. Nossa intenção, neste ensaio, não é de apontar a forma mais certa ou mais coerente, a partir de estudos das escrituras sagradas ou mesmo de qualquer outro ponto de partida. Antes, pelo contrário, nossa intenção é identificar os possíveis pontos positivos e negativos de cada um desses sistemas de governo, bem como tentar fazer uma correlação com os sistemas "seculares" de governo, como monarquia, democracia direta e democracia representativa.

Palavras-chave: Episcopal. Congregacional. Presbiteral.

INTRODUÇÃO

A ideia de "governo" sempre acompanhou o cristianismo desde o início. O anúncio sobre o eminente "Reino de Deus" na terra ou mesmo num "momento escatológico futuro", trás, implicitamente, a necessidade de um "Rei" que governe. Havia, inclusive, entre os contemporâneos de Cristo, aqueles que nutriam a expectativa de que Ele viria com grande força e poder para libertar o seu povo do domínio Romano e estabelecer, fisicamente, seu reino na terra.

* Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: fabiobcorreia@hotmail.com

Conquanto o "Reino" do Messias aqui na terra não tenha sido estabelecido da forma como alguns imaginavam, numa espécie de empreitada bélica de um exército contra outro, é incontornável o fato de que, ao longo da história do cristianismo, a concepção dessa espécie de "reinado de Cristo" sobre seu povo é uma constante.

Para Agostinho, por exemplo, esse Reino era "uma realidade presente e identificada com a Igreja" (BEKHOF, 2012, p.522), especialmente com os piedosos e com os santos. De fato ele cria no reino de Deus estabelecido na terra. Sua famosa obra "cidade de Deus" parece apontar nessa direção.

A igreja Católica Apostólica Romana, por sua vez, identifica franca e abertamente, o reino de Deus com sua instituição hierárquica.

Com os Reformadores, entretanto, esse reino passa a ser identificado, pelo menos de alguma forma, com o que chamaram de "igreja invisível" [1],

[1] No que diz respeito à historicidade do cristianismo protestante, nenhuma doutrina é mais importante do que essa. A questão é: qual a apostolicidade das igrejas evangélicas? O que liga – historicamente – os protestantes ao cristianismo primitivo, fundado por Cristo e por seus apóstolos? É legítimo um grupo que não tem essa "raiz histórica" dizer-se igreja legítima de Deus? Os antigos católicos romanos costumavam responder que não. Segundo eles, a Igreja Católica Apostólica Romana foi a "primeira" e "única" igreja fundada por Cristo e pelos Apóstolos. Mas, isso não é verdade? Tirando alguns exageros, essa afirmação tem algo de verdadeiro, sim. A igreja Romana não foi a "primeira" nem a "única", mas, certamente, foi "uma das" igrejas fundadas por Cristo e pelos Apóstolos. Nesse sentido, podemos afirmar: historicamente é uma igreja apostólica. Desse mal eles não sofrem, diferentemente dos evangélicos. Qual foi o apóstolo que fundou a igreja evangélica? Aquele que tem o mínimo de bom senso e que conhece um pouco de história tem que reconhecer: as igrejas evangélicas foram criadas à revelia de Cristo e de seus Apóstolos. O protestantismo mais próximo dessa "raiz primitiva" é aquele fruto imediato da Reforma Protestante: Luteranos, Reformados Calvinistas Anglicanos, Reformados Calvinistas Presbiterianos, Batistas (se considerarmos sua origem no movimento Anabatista) e outros reformados. Mas esses renegam completamente essa raiz. Não querem ter nada a ver com ela. Com isso, reconhecem: são outra coisa e não – historicamente – uma igreja legitimamente fundada por Cristo e seus apóstolos. As igrejas evangélicas – todas elas – historicamente, não possuem nenhuma ligação com o cristianismo primitivo, nem com os Apóstolos, nem com Cristo. Mas, há uma doutrina que salva toda essa história; que evitou que os protestantes tivessem se tornado em um "aborto da história". A doutrina mais importante para os cristãos não católicos (romanos e ortodoxos): a doutrina das duas naturezas da igreja. O Catecismo Maior de Westminster, com grande heroísmo, da pergunta 62 até a pergunta de nº 65, aborda essa importantíssima questão. Diz o catecismo (pergunta 62) que a igreja possui uma dimensão visível – é a igreja visível -, constituída por todos (salvos e não salvos) que professam a "verdadeira religião". Ora, o que é a verdadeira religião se não aquela fundada e comissionada por Cristo e por seus Apóstolos, com suas marcas? Nesse sentido, os protestantes estariam fora. Contudo, a outra dimensão da igreja, a dimensão espiritual – a igreja invisível – nos trás de volta ao cristianismo autêntico. Vejamos: pergunta 64: "O que é a igreja invisível?" Resposta: "A igreja invisível é o número total dos eleitos que foram, são ou ainda serão reunidos em um só corpo sob Cristo, o cabeça". Eis a doutrina mais importante do protestantismo. Dela depende estar unido verdadeiramente a Cristo ou não. A ideia de uma igreja invisível (mas real e verdadeira) acaba, por completo, com a necessidade lógica de uma ligação direta, física e histórica com o cristianismo primitivo; com a igreja literal fundada por Cristo e pelos seus Apóstolos (Jerusalém, Roma, etc). Em última análise, todos os protestantes verdadeiros e eleitos em Cristo (porque há aqueles que só fazem parte da igreja visível) fazem parte da verdadeira igreja de Cristo: a igreja invisível, aquela constituída apenas pelos eleitos de Deus, em qualquer época, em qualquer lugar, que independe de tempo, espaço e história.

que seria composta apenas pela soma de todos os salvos, independentemente da comunidade eclesiástica a que pertença.

Esse conceito de "igreja invisível", subjetivo, portanto, contrasta com o conceito de "igreja visível", composta pela soma de todos os membros ou fiéis de uma comunidade cristã local, sejam regenerados, salvos ou não. Ou seja, o individuo pode pertencer à "igreja visível", no sentido de ser membro ou fiel dela, e não pertencer à "igreja invisível", de acordo com essa concepção.

> É importante observar que, quando falamos da igreja invisível e da igreja visível, não devemos entender como se estivéssemos nos referindo com esses termos a duas igrejas separadas e distintas, mas à mesma igreja sob duas diferentes características. Não estamos que Cristo fundou duas igrejas na terra, mas afirmamos que ele fundou apenas uma; e declaramos que essa única igreja deve ser considerada sob dois aspectos distintos (BANNERMAN, 2014, p.50).

Ou seja, de acordo com os reformadores, é completamente possível o indivíduo pertencer à chamada igreja invisível sem, contudo, pertencer à chamada "igreja visível".·.

Pensar a igreja nessas duas dimensões, visível e invisível, demanda uma energia muito grande para dar conta de todos os desdobramentos decorrentes. Por isso, neste artigo, estaremos abordando, de forma um tanto quando sintética, apenas um aspecto da igreja visível: o governo eclesiástico; o que nos dará condições de fazer as devidas comparações com os sistemas de governo existente no mundo.

OS MODELOS DE GOVERNO ECLESIÁSTICO

O GOVERNO NA IGREJA INVISÍVEL

É evidente que também se pode falar em "governo" na esfera da chamada "igreja invisível". Porém, esse não será nosso foco, aqui. Sobre

esse tema é o suficiente citar a reflexão que Calvino faz sobre o "governo" espiritual de Cristo sobre seus servos:

> As consciências Cristãs devem reconhecer como Rei um só Cristo, seu libertador, e que são governadas somente pela lei da liberdade, que é a sagrada Palavra do evangelho. Isto se é desejam manter a graça que uma vez obtiveram em Jesus Cristo. E que elas não se sujeitem a nenhuma servidão, nem se deixem capturar por laço algum (CALVINO, 2006, p.105).

Como podemos notar, existe apenas um governante na "igreja invisível": Cristo, que exerce esse governo como um Rei, um monarca, sob as consciências dos salvos ou dos eleitos. Nesse aspecto da igreja não há espaço para pensar outro modelo de governo além da monarquia, sob a regência do seu Soberano senhor.

O GOVERNO NA IGREJA VISÍVEL

Para o sociólogo da religião Peter Berger, "Toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado neste empreendimento" (BERGER, 1985, p.15). Por conta de sua "instabilidade congênita" (BERGER, 1985, p.18), o sociólogo argumenta ainda que:

> O homem está constantemente no processo de "pôr-se em dia consigo mesmo". É nesse processo que o homem produz um mundo. Só num mundo assim, que ele mesmo produziu, pode o homem estabelecer-se e realizar a sua vida (BERGER, 1985, 18).

A religião, a igreja, que possuiu sua dimensão espiritual, portanto, subjetiva, observada a partir do ponto de vista sociológico, apresenta-se, também, como um importante "fenômeno social". Isso aponta para o aspecto objetivo da igreja, compreendida aqui como "igreja visível"; aquela que se relaciona com o mundo, que é vista e reconhecida por ele. Isso é extremamente significativo. Afinal, como defende Berger, "Nenhuma construção humana pode, a rigor, ser chamada de fenômeno social a não

ser que tenha atingido aquele grau de objetividade que obriga o indivíduo a reconhecê-la como tal (BERGER, 1985, p.25)".

Como uma instituição "visível", localizada no mundo e formada por homens falhos, a chamada "igreja visível" precisa atender a algumas demandas que são próprias deste mundo e de qualquer ajuntamento, para que se estabeleça. Uma dessas demandas está ligada à questão da gestão dessa instituição. Quem vai liderar a igreja? Quem vai decidir? Quem será seu representante legal? Além dessas questões, outras, a exemplo da que trata da origem da fonte do poder que emana dos líderes ou gestores da igreja, também precisa ser abordada num estudo mais aprofundado, em outro momento.

Geralmente o Governo Eclesiástico tem sido apresentado sob três modelos: Episcopal ou Prelado, Congregacional ou Independente e Presbiteral ou Presbiteriano, resguardando as possíveis variações de cada modelo. Vale salientar, também, que todos eles possuem, em algum grau, pontos positivos e negativos, que abordaremos resumidamente.

Antes de abordar separadamente cada um desses modelos básicos de administração eclesiástica, queremos pontuar a existência de outros conceitos ou sistemas, ligados a esse tema, a exemplo do conceito dos Quacres e dos Darbistas, que rejeitavam, por completo, qualquer possibilidade de governo na igreja; uma espécie de "anarquia eclesiástica". Além desses, destacamos também o sistema Erastiano, que defendia que a igreja deveria ser regulada e até governada pelo Estado.

> Pessoa alguma pode se filiar a uma igreja cristã sem se colocar ao lado da verdade ou do erro essa questão particular [...]. As várias formas de governo de igreja que existem atualmente no mundo cristão podem ser classificadas em uma das seguintes categorias: Episcopal ou Prelado, Congregacional ou independente e Presbiteriano (WITBEROW, 2005, p.12).

EPISCOPAL OU PRELADO

Berkoff afirma que, segundo os adeptos dessa forma de governo, "Cristo, como cabeça da igreja, confiou o governo da igreja direta e exclusivamente a uma ordem de prelados ou bispos" (BERKHOF, 2012, p.533). Em linhas gerais, esse modelo de governo eclesiástico é caracterizado pelo fato de "um" (epíscopo) governar a "todos". Portanto, a comunidade dos crentes ou fiéis não possui nenhum grau de participação na administração eclesiástica. A igreja Católica Apostólica Romana, A igreja Católica Ortodoxa Grega e a própria igreja Episcopal, que assume o nome do sistema de governo, são exemplo de igrejas que adotam esse modelo de administração eclesiástica, além da maioria das igrejas pentecostais e neopentecostais. Alguns teóricos chegam a fazer uma distinção do sistema de administração eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana, em relação ao modelo Episcopal. Segundo eles, o modelo Episcopal pressupõe melhor que um colegiado de bispos, com caráter perpétuo em suas funções, governa a igreja; fato que não ocorre na igreja Romana. Berkhof chega a afirmar que apenas "nos primeiros séculos, era este o sistema da Igreja Católica Romana" (BERKHOF, 2012, p.534).

Bannerman considera o modelo Romano como distinto do modelo Episcopal, aceitando, assim, quatro modelos de governo eclesiástico e não três, a saber: Romanista, Episcopal, Independente e o Presbiteriano. Segundo ele, o decreto do concílio de Florença (1438-1439) deixa clara tal diferença, como cita:

> Também decretamos que a Santa e Apostólica Sé e o Pontífice Romano tem primazia sobre todo o mundo; e que o próprio Pontífice Romano é o sucessor de São Pedro, o príncipe dos apóstolos, e é o autêntico vigário de Cristo, e a cabeça de toda a igreja, e o pai e mestre de todos os cristãos e que a ele, na pessoa do bendito Apóstolo Pedro, nosso Senhor Jesus Cristo delegou pleno poder de alimentar, regulamentar e governar a igreja universal (BANNERMAN, 2014, p.704).

Outros teóricos, dos quais se incluem Berkhof, consideram que o modelo Católico Romano é o próprio regime Episcopal levado à sua conclusão lógica.

Esse talvez seja o modelo de governo que dê mais agilidade à igreja. Tudo só depende da aprovação de uma pessoa. O Episcopo decide fazer, quem vai fazer e o que vai ser feito. Tudo é resolvido de forma rápida e ágil. A igreja é muito beneficiada neste sentido. Obviamente que a estrutura da Igreja Romana não permite mais tanta agilidade, conquanto seu Episcopo ainda tenha sempre a palavra final.

É desnecessário dizer, entretanto, que a concentração de poder na mão de uma única pessoa é algo muito perigoso. Os erros desse Episcopo podem desviar para sempre sua igreja e como não há uma autoridade superior ninguém pode impedir essa derrocada. Esse modelo também dá margem a perseguições de possíveis oponentes, ainda que esses estejam com a razão, bem como a beneficiamento e falta de disciplina para aliados. Todos esses problemas são decorrentes do poder absoluto que o Episcopo ou líder tem.

"A Igreja de Roma é de natureza de uma monarquia absoluta, sob o domínio de um papa infalível" (BERKHOF, 2012, p.534).

CONGREGACIONAL OU INDEPENDENTE

Esse regime de governo eclesiástico tem por principal característica a ideia de que "todos governam". Segundo esse modelo de administração eclesiástica os "ministros não têm autoridade nem para criar leis nem para aplicar e executar as leis que já existem, independentemente da cooperação dos seus irmãos" (BANNERMAN, 2014, p.754). Esse regime de governo é adotado pela maioria das igrejas Batistas e da própria igreja Congregacional.

Uma das principais vantagens dessa forma de governo eclesiástico é que ninguém pode reclamar por não ter sido consultado ou ainda ouvido. Todos os membros têm direito a voto e a opinar sobre os mais diversos da igreja. Isso acaba diminuindo bastante o grau de insatisfação da comunidade. Por outro lado, em qualquer igreja há pessoas maduras e pessoas imaturas. Essa é uma das maiores dificuldades desse regime de governo eclesiástico. A morosidade na tomada de decisão também é um fator complicador, tendo em vista que depende da opinião de seus membros e da votação da maioria para aprovar um projeto. Diante disso, muitas igrejas Batistas, por exemplo, estão assumindo uma prática que descaracteriza por completo o regime congregacional: estão criando uma espécie de conselho para tratar de alguns assuntos antes mesmo de serem levados à assembleia dos membros, não sendo raras as vezes que já chegam com a decisão tomada esperando apenas pela chancela de todos.

De forma ampliada, esse tipo de governo eclesiástico tem relação com a democracia direta grega, na qual todos os aptos votavam e decidiam os rumos.

PRESBITERIANA OU PRESBITERAL

Esse modelo de governo eclesiástico é caracterizado pelo fato de que "alguns" governam "todos".

> Enquanto Cristo delegou poder à igreja como um todo, também providenciou para que este poder fosse exercido ordinária e especificamente por órgãos representativos, separados para a manutenção da doutrina, do culto e da disciplina. Os oficiais da igreja são representantes do povo, escolhidos por voto popular (BERKHOF, 2012, p.537).

A igreja Presbiteriana é a principal representante desse modelo de governo eclesiástico. Seus oficiais, os Presbíteros, que podem ser Regentes ou Docentes são eleitos pelo voto do povo para governar a igreja. Esse tipo de modelo de governo tem uma estreita relação com a chamada democracia

representativa. Há, inclusive, fortes indícios de que o conhecimento das Escrituras que levou teólogos como Calvino no século XVI e os Puritanos no século XVII, a chegarem à conclusão de que suas igrejas deveriam ser regidas a partir desse modelo de governo eclesiástico tenha influenciado no surgimento da concepção dessa vertente da democracia. Esse regime de governo eclesiástico está tanto livre dos perigos que se apresentam quando o poder está concentrado nas mãos apenas de uma pessoa quanto da participação e decisão de pessoas imaturas que ainda não estão em condições de traçar os rumos da igreja. Porém, como a congregação não participa das decisões de forma ativa, isso acaba dando margem para críticas às decisões do conselho de presbíteros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diria Berger, ao mesmo tempo em que o homem constrói o mundo "todavia, o mesmo processo que constrói o seu mundo também dá o "remate" ao seu ser" (BERGER, 1985, p.19). É interessante perceber essa interação da sociedade secular com as entidades religiosas; um verdadeiro intercâmbio de conceitos e práticas, que ora influencia e ora é influenciada por conceitos advindos dos "lugares sagrados". Os modelos de administração eclesiástica e seus correlatos na sociedade constituem um bom exemplo desse processo de construção do mundo e do homem.

REFERÊNCIAS

BANNERMAN, James. **A igreja de Cristo:** um tratado sobre a natureza, poderes, ordenanças, disciplina e Governo da Igreja Cristã**.** Trad. de Helio Kirchheim. Recife: Editora Os Puritanos, 2014. 924p.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 194p.

BERKOHOF, Louis. **Teologia sistemática.** Trad. de Odayr Olivetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. 720p.

CALVINO. John. **As Institutas ou Tratado da Religião Cristã**. Livro I. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

WITBEROW, Thomas. **A Igreja apostólica.** Trad. de Francisco Cardoso. Recife: Editora Os Puritanos, 104p.